

# CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FOZ DO IGUAÇU FRENTE AO ALEITAMENTO MATERNO.

Paulo César Morales Mayer  
Bianca da Silva Alcântara Pereira  
Adriana Zilly  
Reinaldo Antônio da Silva Sobrinho

## Resumo

Embora seja reconhecida a importância do leite materno como alimento exclusivo até o sexto mês de vida, a manutenção de tal prática é um grande desafio. Trata-se de um comportamento multifatorial que depende não apenas da disponibilidade materna, mas também dos conhecimentos e habilidades da mãe e/ou dos cuidadores responsáveis pela alimentação do infante. Nesse contexto é primordial o papel dos profissionais dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), unidade pública e gratuita responsável pelos cuidados das crianças enquanto seus responsáveis legais estão trabalhando. Além de uma estrutura adequada é necessária uma capacitação destes profissionais salientando a importância do aleitamento materno (AM) e treino sobre as características de uma introdução alimentar saudável e adequada. O presente estudo teve o objetivo de examinar a adequação das condições físicas das instalações dos CMEI's do município de Foz do Iguaçu-PR, além de identificar o perfil dos profissionais que nele atuam e suas possíveis necessidades de capacitação em relação ao AM. Para isso, desenvolveu-se um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa. Foram realizadas visitas nos CMEI's do município, durante as rotinas de trabalho onde foi possível fazer a descrição das instalações e entrevistar os educadores a respeito de seus conhecimentos sobre a importância do AM e das áreas referente à sua atuação que de aperfeiçoamento. A coleta de dados ocorreu nos meses de abril, maio e junho de 2015. Utilizou-se, para a análise dos dados quantitativos, estatística descritiva, e para os dados qualitativos, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) proposta por Lèfreve e Lèfreve (2005). Sobre a infraestrutura, todas as salas de berçário I possuem lactário com estrutura mínima necessária, contudo, a maior parte das salas não possui solário ou não têm incidência solar, nenhuma instituição possui sala de amamentação ou permite horário livre para AM e a maioria das salas conta com apenas dois professores para quatorze alunos. O perfil destes profissionais é: predominantemente feminino, em idade superior a vinte e seis anos, com mais de seis anos de experiência, jornada de trabalho de 40 horas semanais, sem outros vínculos empregatícios, atuando como professor, com mais de um ano de formação profissional. A maioria destas profissionais é mãe e informou ter utilizado por menos de seis meses o leite materno como alimentação exclusiva relatando uma experiência positiva e sem problemas com o AM. Quanto às necessidades de aperfeiçoamento foi solicitada a necessidade de educação continuada quanto ao aleitamento e introdução alimentar e capacitação profissional em relação às suas atividades profissionais diárias, especialmente em primeiros socorros. Tal estudo permitiu identificar a adequação das instalações dos CMEI's do município, embora ainda recomende-se a criação de espaços como solário e salas de amamentação. Verificou-se também a necessidade de ampliação do número de profissionais para uma melhor atuação frente ao número de crianças atendidas em cada unidade. Em relação aos funcionários, é fundamental capacitações visando ampliação de conhecimentos técnicos sobre a importância do AM e treino de habilidades envolvidas tanto na alimentação quanto nos cuidados aos infantes.

**Palavras-chave:** Aleitamento materno, capacitação, Educação infantil. Educação em saúde.

## INTRODUÇÃO

O aleitamento materno (AM), além de ser o modo mais adequado de alimentar o lactante para seu crescimento e desenvolvimento saudável é também fator importante na saúde emocional do binômio mãe e filho. Por ser um alimento completo deve ser a única fonte de alimentação e de hidratação até o sexto mês de vida (OMS; UNICEF, 1989).

O leite materno é o alimento ideal para o infante, além do balanceamento de nutrientes oferece vantagens imunológicas e psicológicas, sendo suficiente para o crescimento e desenvolvimento dentro da normalidade até o sexto mês de vida (PONTES et al., 2013). Outros benefícios relacionados ao aleitamento materno são a redução de cólicas, de infecções gastrointestinais e respiratórias e de internações hospitalares. É também fator protetor de anemia, sobrepeso/obesidade, hipertensão arterial e aterosclerose, diabetes tipo II e alergias. Os esforços musculares decorrentes da sucção ainda favorecem o desenvolvimento facial, a respiração nasal e previne problemas de posicionamento da arcada dentária (BRASIL, 2012b; FREITAS et al., 2012).

Apesar de esforços dos profissionais da saúde e apelos midiáticos sobre a importância do AM exclusivo até o sexto mês de vida essa prática não encontra-se tão difundida quando deveria. Estratégias de incentivo à amamentação, em geral, enfocam apenas questões nutricionais imunológicas e psicológicas em benefício da criança deixando de lado dificuldades que podem surgir em seu decorrer (SPINELLI et al., 2002) e desconsiderando questões socioculturais envolvidas e diretamente relacionadas com o comportamento das mães (ICHISATO; SHIMO, 2002; ALMEIDA; NOVAK, 2004).

A atividade laboral da mãe é um fator que interfere diretamente na rotina de amamentação. Embora haja leis trabalhistas específicas para o período pós parto, elas ainda são insuficientes ou desrespeitadas em muitas instituições (SILVA; DAVIM, 2012). A licença maternidade, por exemplo, garante a mulher um afastamento de quatro meses, sendo de seis meses apenas para funcionárias públicas (Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008). Para o aleitamento como fonte de alimentação exclusiva nos dois meses seguintes, como o recomendado, a mãe terá de se amparar no artigo 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, o qual concede dois descansos diários de meia hora para amamentar o filho. As creches e centros de educação infantil são outro amparo à mãe trabalhadora para a promoção dos cuidados necessários à criança em período em que a mãe ou a família não pode prove-los (MOMMA-BARDELA; PASSONE, 2015).

Com o aumento das mulheres no mercado de trabalho, o uso das creches é algo bastante difundido na sociedade brasileira. Segundo o Censo escolar de 2007, estas instituições acabam cumprindo funções antes relegadas à família, como, por exemplo, o estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis (MEC/INEP, 2009). Nesse contexto, a creche é um local estratégico onde o aleitamento materno deve ser encorajado com o educador infantil cumprindo uma função chave no seu incentivo, aconselhamento e orientações (VERÍSSIMO; REZENDE; FONSECA, 2003).

Apesar do reconhecimento da importância do educador infantil na instrução e formação de hábitos alimentares saudáveis, ainda não consta na grade curricular destes educadores uma disciplina específica de alimentação infantil (MEC/INEP, 2009). A própria identidade deste profissional é ainda pouco definida abarcando atividades domésticas e maternas tais como trocar fraldas, colocar a criança para dormir, dar banho e alimentar, além de lidar com necessidades afetivas da criança, expandindo a função de educador para a de “mãe social” (CERISARA, 1996).

A formação do educador infantil é também uma questão a ser discutida. Apesar do ensino superior ser uma exigência diretrizes nacionais e leis municipais apresentam conflitos que levam a uma realidade distinta. É fundamental para tais profissionais conhecimentos teórico-práticos das especificidades da infância para uma atuação que respeite a criação como um ser em desenvolvimento e integral. Cursos de aperfeiçoamento são fundamentais nesse contexto, não apenas para preencher possíveis lacunas da formação, mas também, para troca de experiências e produção de novos saberes (ESPÍRITO SANTO et al., 2010).

Segundo dados do Censo Escolar 2007, a creche é o setor educacional que apresenta o maior percentual de professores com formação inadequada ou sem habilitação legal para o exercício da função. Apenas 37,2% dos professores apresentam nível superior com licenciatura, 45% possuem magistério Normal, 4,9% possuem nível superior sem licenciatura, 9,9% concluiu apenas o nível médio e os 3% restantes apenas o nível fundamental (MEC/INEP, 2009). Segundo Arce (2001) o descaso em relação à formação do educador infantil reflete a própria concepção que se tem deste profissional, imagem predominantemente feminina vinculada à concepção de natureza educadora nata, carinhosa, paciente, etc.. resultando em um serviço assistencialista mais dedicado ao cuidado do que a ações pedagógicas.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a própria estrutura dos centros de educação infantil, segundo Campos, Fullgraf & Wiggers (2006), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por grande expansão de atendimento do setor em decorrência de movimentos sociais, contudo foi apenas a partir da década de 1990 que maior atenção foi dedicada a qualidade dos serviços prestados e das condições do espaço físico dessas instituições. Estudos entre as décadas de 1980 e 1990 revelaram a precariedade das instalações, escassez de material pedagógico, a insuficiência na formação e escolaridade dos educadores e problemas de comunicação dos profissionais com as famílias (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2006).

Dada a vulnerabilidade do infante até o sexto mês de vida e a importância do aleitamento materno nesse período é de extrema relevância o acompanhamento da qualidade do atendimento prestado pelos centros de educação infantil, levando-se em consideração tanto a adequação da formação dos profissionais envolvidos e sua interação com os pais quanto as condições estruturais necessárias. Em um estudo realizado nas creches de São Paulo sobre o desmame precoce foi verificado o quanto essa instituição pode ser estratégica na implementação de ações de nutrição e saúde e favorecimento da manutenção da amamentação (BARBOSA et al., 2009).

Segundo Sheneider e Ramires (2007) alguns dos desafios relacionados à infância que o Brasil precisa ainda superar estão a desnutrição e a mortalidade infantil o aleitamento materno exclusivo até os seis meses é uma estratégia acessível eficiente e de baixo custo de lidar com essas questões. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva que teve por objetivo examinar a adequação das condições físicas das instalações dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) do município de Foz do Iguaçu-PR, além de identificar o perfil dos profissionais que nele atuam e suas possíveis necessidades de capacitação em relação ao aleitamento materno.

## **MÉTODO**

### Local

O presente estudo foi realizado nos CMEI's de Foz do Iguaçu. Todas as 15 turmas de berçário I do município foram incluídas no estudo. Esse estrato foi selecionado por lidar com crianças com a faixa etária de interesse (seis meses a um ano)

## Participantes

Participaram da pesquisa 19 professores do berçário I dos CMEI's de Foz do Iguaçu, como critério de inclusão, além de aceitar participar voluntariamente do estudo foi exigido que o professor já fosse atuante há pelo menos seis meses na profissão.

## Procedimentos

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório da caracterização dos professores do berçário I assim como da estrutura física oferecida pelo CMEI no que tange às condições necessárias para o aleitamento adequado.

Para a avaliação da estrutura física das instalações o pesquisador responsável acompanhou a rotina dos CMEI's durante visitas periódicas. Para a caracterização dos professores foram realizadas entrevistas com os profissionais a respeito da trajetória de sua formação. Ambas estratégias ocorreram nas dependências dos CMEI's durante o horário de trabalho com agendamento prévio e após assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os participantes que compuseram o espaço amostral totalizaram 19 profissionais da educação distribuídos em 12 CMEI's. As tabelas a seguir apresentam dados que caracterizam o perfil da população nas unidades pesquisadas.

A caracterização dos participantes deste estudo, conforme evidencia a Tabela 1, aponta para uma totalidade feminina e chama a atenção que 40% delas não praticaram o aleitamento materno até o sexto mês de vida de seus filhos.

Sobre a necessidade de capacitação profissional, os temas mais citados foram Segurança da criança e primeiros socorros (53%), seguido pelo Lúdico como recurso didático (26%), Desenvolvimento infantil e Atividades com enfoque prático (16%), Alimentação (10,5%), Métodos avaliativos e Novos modelos de família (5%). Alguns profissionais citaram mais de um tema.

Tabela 1: Dados das profissionais da educação berçário I nos CMEI's do município de Foz do Iguaçu, 2015

Variáveis	N	%
<b>Idade</b>		
Até 25 anos	03	16
26-30 anos	05	26
31-35 anos	02	11
36-40 anos	02	11
41-45 anos	01	05
Acima de 46 anos	06	32
<b>Tempo no local de trabalho</b>		
Até 1 ano	02	11
1-5anos	08	42
6-10 anos	03	15
Acima de 10 anos	06	32
<b>Função</b>		
Professor	17	89
Auxiliar de Ensino	02	11
<b>Pós-graduação na área</b>		
Sim	14	74
Não	05	26
<b>Tempo de formação</b>		
Até 1 ano	05	26
1-5anos	10	53
6-10 anos	03	16
Acima de 10 anos	01	05
<b>Possui filhos</b>		
Nenhum	5	26
Um filho	6	32
Dois filhos	5	26
Três filhos	3	16
<b>Amamentou</b>		
Menos de 6 meses	06	40
Entre 6-12 meses	05	36
Mais de 12 meses	03	24
Não têm filhos	05	-
<b>Experiência com AM</b>		
Positiva, mas tive problemas	05	36
Positiva, sem problemas	08	57
Não teve experiência	01	07
<b>Formação em AM</b>		
Não	17	89
Sim	02	11
<b>Educação Continuada</b>		
Não	17	89
Sim	02	11

A feminização da docência não é um evento recente. Desde a criação das primeiras escolas normais no século XIX, mulheres são recrutadas, e a própria escolarização da mulher ocorreu por expansão nos cursos de magistério, permeada pela representação do trabalho docente como um prolongamento das atividades maternas (GATTI, 2010). A ausência de profissionais do sexo masculino dá continuidade à feminização da docência que historicamente vem sendo traçada.

É neste contexto que a atuação profissional da mulher educadora infantil é perpassada pela forma como essas mulheres se veem no espaço privado. Deste modo, a definição da sua atuação é semelhante às características que são associadas ao gênero feminino: responsabilidade, cuidado, paciência, atenção e carinho (COSTA; RIBEIRO, 2011).

Naylander et al. (2012), em estudos sobre o perfil dos educadores infantis, registraram que todas eram do sexo feminino. Educadora infantil continua sendo a expressão mais utilizada na literatura para tratar da respectiva profissão, que tende a buscar as experiências de cuidado infantil na sua trajetória familiar como inspiração para a atuação profissional. Corroboram-se, assim, os estudos que têm apontado as distinções de gênero entre os profissionais, onde se fazem presentes as marcas das concepções pré-estabelecidas que contribuem para a naturalização das atribuições socialmente associadas ao feminino (CAMPOS, 1994; CERISARA, 1999) e, desse modo, os que procuraram explicar por que a profissão de educador infantil ainda permanece convencionada a práticas domésticas associadas a funções femininas.

Um estudo sobre características e problemas na formação dos professores da Educação Infantil encontrou uma distinção no perfil da faixa etária dos alunos do curso de Pedagogia em comparação com as demais licenciaturas: 35% dos alunos não estavam na faixa etária ideal entre 18 e 24 anos; a maioria apresentava uma idade mais superior, o que indica uma tendência nesta área (GATTI, 2010). Se estes profissionais não adentraram a graduação na idade esperada, é natural que encontremos profissionais da educação numa faixa etária elevada, o que leva a crer em profissionais com maior maturidade e certeza na escolha de sua profissão, o que está de acordo com o perfil delineado, pois quase 50% das educadoras têm mais de 30 anos de idade.

A jornada de trabalho foi comum a todas, sendo 40 horas semanais exclusivas em decorrência do vínculo assumido no estado. Os participantes da pesquisa não possuem outra atividade profissional, o que é positivo para o desempenho profissional da educadora infantil. Arelaro et al. (2014) afirmam que duplas ou triplas jornadas de trabalho prejudicam o desempenho do professor. Decorre daí a importância dos planos de carreira para que o profissional não se veja obrigado a buscar mais uma fonte de renda, acumulando vínculos e desqualificando a profissão.

A jornada de 40 horas semanais, com 2 horas de almoço diárias, está de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1943), neste período uma profissional fica responsável por quatorze crianças ou as que estão presentes. As educadoras afirmam

que a jornada de trabalho, a grande quantidade de alunos, que dificulta a adaptação da criança ao novo ambiente, e as intensas emoções no relacionamento com as crianças estão entre os aspectos mais cansativos do trabalho. Revelam que o trabalho com criança exige preparo físico, pois são raríssimas as situações em que a mesma permite que o educador possa desfrutar de algum descanso devido a sua completa dependência do cuidado e demanda constante por atenção (NAYLANDER et al., 2012).

No concernente à carga horária, a prevalência de disfonia em professores indica que quanto maior o tempo de serviço associado à demanda vocal, utilização da voz em alta intensidade, sem técnica adequada, por longos períodos, sem possibilidade de tempo para repouso da musculatura vocal, causadores da fadiga vocal (PROVEZANO; SAMPAIO, 2010). O exercício desta atividade deve ter medidas protetivas para a saúde deste profissional e podemos também presumir que estes profissionais necessitam de licenças médicas, o que em realidade corrobora o dado encontrado em campo, quando duas salas de berçário permaneceram fechadas até o quinto mês do ano letivo, pois as professoras estavam afastadas por licença médica.

Dentre as entrevistadas, quase 90% são professores, o pequeno percentual restante representa o auxiliar de ensino, que tem entre seis meses e um ano, ainda dentro do estágio probatório do concurso público, observando-se que, posteriormente, esse período progride para o cargo de professor. Côco (2009) alerta com base em estudos recentes a desvalorização evidenciada pelo quadro de profissionais auxiliares no magistério, uma vez que oferta uma remuneração menor por carga horária de trabalho igual aos demais profissionais relaciona-se também com a oferta do cuidado com crianças, hierarquizando os eixos da educação.

No município de Foz do Iguaçu, especificamente, há um incentivo para que o Educador Infantil Júnior seja habilitado no curso superior de Pedagogia ou Normal Superior, para dar seguimento na progressão de carreira respectivamente nos cargos de Educador Infantil Pleno e Sênior que, de fato, está pautada na Emenda Constitucional nº 53/2006 (BRASIL, 2006) que reforça os dispositivos da LDB (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente de 2014 estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação, de modo que os planos dos municípios devem ser consonantes com o PNE. Dentre suas metas está a pós-graduação dos professores da Educação Básica que, em 2014, tinha 31,1% dos profissionais especialistas, estabelecendo a meta de 50% até 2024 (BRASIL, 2014). Os professores da Educação Infantil já superaram a meta do PNE em mais de 25%, pois, mesmo a maioria



desses profissionais tendo entre 1 a 5 anos de atuação, já possuem qualificação e interesse em estar buscando especialização na área.

Sobre a maternidade, 74% das profissionais são. Smeha e Calvano (2009) salientam que, por muito tempo, a mulher não era comprometida com a esfera profissional; a imagem feminina foi relacionada às funções de mãe e esposa, sempre afastadas de suas realizações profissionais. No entanto, atualmente, adiar a maternidade é comum; a prole numerosa e a necessidade de passar pela experiência da maternidade perdem o foco e dominância, passando a ser uma escolha, na medida em que perde o caráter obrigatório moral imposto pela sociedade.

É mítica a tentativa de separar trabalho e família. Constituindo o eixo que organiza a vida dos homens e mulheres, a separação destes pontos tão importantes, imposta pela necessidade do capital, causa sofrimento gerado, muitas vezes, pela necessidade de optar entre o instrumento de acúmulo de capital e a socialização e a afetividade. Diante disso, o modo que as empresas lidam com os trabalhadores implica diretamente em prazer ou sofrimento, uma insatisfação que abre brechas para doenças mentais ou somáticas. Guimarães, Petean e Souza (2012) afirmam que estruturas de apoio ao profissional como brinquedoteca, creches, jardins de infância traria um bem estar e aproximariam esses dois eixos tão importantes da vida de uma mulher, promovendo e protegendo o aleitamento materno.

Sobre o aleitamento materno no CMEI, as educadoras consideram que a instituição não é um bom lugar para esta prática, as dificuldades apontadas foram: atrapalha a rotina estabelecida; dificulta a adaptação da criança por deixa-la inquieta quando a mãe sai; falta de sala de amamentação; impossibilidade da mãe de sair ou se deslocar do trabalho até o CEMEI. Portanto, apesar de saberem os aspectos positivos, estes são enterrados pelas dificuldades. Houve casos em que, na tentativa de diminuir o sofrimento do bebê, a amamentação cruzada foi uma estratégia de acalmar e alimentar a criança.

O aleitamento materno não pode ser reduzido a uma ação de saúde pública, é uma prática social permeada por valores, representações sociais, mitos e ideologias, marcados fortemente por experiência pessoais anteriores e familiares. Assim, o auxílio à mulher nessa prática é complexo e cheio de nuances que precisam ser considerados, sendo a falta de experiência, insegurança e ausência de apoio familiar algumas das condições que dificultam a prática (FUJIMORI et al., 2010). Tais considerações nos fazem crer que essas dificuldades foram enfrentadas por estas educadoras, visto que cerca de 40% das que são

mães amamentarem seus filhos por menos de 6 meses de vida, inferior ao que é recomendado (BRASIL, 2012b).

A maioria destes profissionais não teve em sua formação nenhuma abordagem sobre o aleitamento materno, o que de fato se confirma no documento intitulado “Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal”, no qual não existe menção ao aleitamento materno ou sequer à alimentação infantil (PARANÁ, 2006b).

Quase 90% dos profissionais afirmam que, na gestão atual, não há educação continuada. Aquelas que afirmaram ter, na verdade se referem ao curso de primeiros socorros de iniciativa do curso de Enfermagem da UNIOESTE, no campus de Foz do Iguaçu, em parceria com a Secretaria de Educação, isso demonstra que é preciso avançar nas iniciativas em promover seus educadores. Zuin (2010) coloca educação continuada como um complemento formativo importante para o desenvolvimento do capital cultural dos agentes educacionais e enfatiza que por ser um complemento não deve estar associado à formação inicial, pois existe uma tendência que isto seja feito por meio da Educação a Distância (EAD), que não dá conta de discutir conteúdos iniciais, relacionando, assim, essa prática com a precarização da formação docente.

Davis et al. (2011) afirmam que a formação continuada profissional se faz necessária especialmente em razão das limitações da formação inicial do professor, suprimindo as lacunas que repercutem diretamente no trabalho docente. A continuidade também confere valor à atividade docente, pois o professor passa por um ciclo profissional de caráter muito íntimo, nem sempre ascendente. Os momentos de crises e suas conseqüentes experiências negativas, falta de orientação, sentimentos de anomia e baixa autoimagem precisam de acolhimento e de serem trabalhados para melhor enfrentamento das etapas da vida profissional.

Foi constatado também, que 95% das profissionais entrevistadas sentem a necessidade de capacitação profissional. Correia (2012) afirma que, logo depois de sua formação, os professores enfrentam a práticas sem se sentirem preparados para os problemas decorrentes da atividade diária, partindo desta dificuldade, em grande parte, a necessidade de ser capacitado.

Sales e Pimenta (2012) orientam que a prática pedagógica atual deve estar vinculada à realidade social e critica o modo autoritário de trabalhar conteúdos, sem atender a interesses e necessidades dos alunos. Tais necessidades devem balizar a

formação e capacitação profissional dos professores para que possam desenvolver um trabalho de excelência, consoante ao parágrafo 1º do artigo 62 da LDB.

Santos (2010) afirma que o professor deve ser capacitado continuamente, de forma ampla, mediante revisão de antigos e novos conceitos, técnicas pedagógicas, soluções contemporâneas, bem como quebrar paradigmas. Se esperarmos que este profissional faça a diferença na sala de aula e na sua comunidade, de fato a capacitação profissional vem para atender a esta demanda e a essa mudança esperada.

Para Appugliese (2010), a capacitação de servidores públicos, bem como dos profissionais da educação, tem adquirido grande importância na realidade cotidianamente automatizada e requer novas abordagens profissionais e competências.

A respeito dos temas que estes profissionais desejam se capacitar, alguns autores tratam dos temas citados. A segurança infantil e os primeiros socorros, apesar da preocupação evidenciada pelas educadoras, nenhuma se refere à estrutura da sala de berçário, considerada de grande relevância nesta área. A durabilidade e a segurança são os principais fatores a serem respeitados no desenvolvimento de brinquedos destinados a crianças desta faixa etária (VERGARA; RIBET, 2012).

Referente à estrutura que atende ao berçário I, apresentada na Tabela 2, todos contavam com o lactário exclusivo, geladeira, fogão e pia. Nenhuma unidade possui sala de amamentação; a maioria tem entrada livre para amamentação, não havendo um horário exclusivo para isto.

Tabela 2: Dados sobre estrutura do berçário I nos CMEI's do município de Foz do Iguaçu, 2015

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Possui micro-ondas		
Sim	08	67
Não	04	33
Solário		
Não	05	42
Sim	03	25
Sim, mas não bate sol	03	25
Sim, compartilhado	01	08
Entrada livre para amamentação		
Não	08	67
Sim	04	33
Horário para amamentação		
Não	08	67
Sim, qualquer horário	02	16,5
Sim, horário do leite	02	16,5
Profissionais por turma de berçário com 14 alunos		
2 educadoras por turma	09	73
1 educadora por turma	03	27

Visando proteger inclusive o pequeno cidadão, o estado do Paraná definiu algumas normas técnicas, bem como algumas exigências sanitárias para centros de Educação Infantil, seja lá qual for sua natureza jurídica (PARANÁ, 2005). A Resolução SESA nº 0162/05 ressalva que o não cumprimento dos dispositivos implica em penalidades previstas na Lei Federal nº 6437, Lei Estadual 13.331/01 e Decreto Estadual 5711/02. Com base no documento, algumas inconformidades foram encontradas como falta de espaço para amamentação e solário sem incidência solar.

Maciel e Veríssimo (2010), em estudo semelhante, apontam que a sala de amamentação é uma facilidade para a prática do aleitamento materno. Não obstante, Santos-Oliveira e Rabinovich (1999) salientam que apesar da sala de amamentação ser uma facilidade não é decisiva para o sucesso da prática, especialmente porque a instituição precisa deixar a mãe à vontade sem constrangimentos, amparada sem que se sinta invadindo o espaço alheio. Os estudos dos autores acerca do tema registaram apenas 19% das mães fazendo uso da sala e associam este percentual modesto à dupla mensagem dada pela instituição para esta prática.

No berçário, o solário é um ambiente local alternativo para socialização, descontração e alegria para as crianças. Para tanto, deve ter saída direta ao local, sem necessidade de passar por outros ambientes, como uma extensão da sala de berçário e não um ambiente separado (CUNICO, 2012).

Hoffmann e Silva (2008, p. 17) afirmam que “[...] é muito importante a troca de ambientes fechados por espaços abertos, favorecendo a descoberta de novos elementos.”

Nestas 12 salas de berçário I, deveríamos encontrar vinte e dois profissionais, conforme descrito no próprio documento informado pelo município (ANEXO C), com base na Deliberação nº 02/14 (PARANÁ, 2014). Na realidade, as salas não atendem à Resolução e, por essa razão, o número de entrevistados é inferior ao previsto por Lei: em 9 salas de berçário I havia 2 professores e em 3 salas de berçário I apenas 1 professor, sendo que a proporção adequada é de um professor a cada seis alunos.

Para Vitória e Rosseti-Ferreira (1993), antes de qualquer discussão acerca da organização da creche para auxílio no processo de adaptação da criança, enfatizam que a boa qualidade do atendimento é pré-requisito ímpar que depende de premissas básicas como a razão adulto-criança e o tamanho adequado do grupo dentro de cada faixa etária. O número de profissionais recomendado pelo estado do Paraná na Deliberação nº 02/14 é de seis crianças por profissional (PARANÁ, 2014).

## CONCLUSÕES

Os berçários que atendem o município têm uma estrutura que, em grande parte, atendem às normas para a instituição, porém deixou a desejar nos solários que não têm incidência solar, na falta de salas de amamentação e no número de professores por aluno, o que demonstra irregularidades nestes estabelecimentos. Importante pontuar que a sala de amamentação como estratégia isolada não deve ser motivadora para AM numa instituição; é preciso que a instituição encoraje e acolha a mãe e seu lactente.

A formação dos educadores infantis profissionais apesar de ainda não ideal pode ser considerada satisfatória e em evolução. Pelo relato das professoras foi possível verificar a carência de cursos de aperfeiçoamento e capacitação, além das demandas apontadas cursos sobre a importância do aleitamento materno e amamentação nos primeiros meses de vida deveriam ser implementados. Há também no município a necessidade de ampliação do número de educadores para o exercício adequado de suas funções sem sobrecarga e com qualidade

Em resumo a situação das creches do município de Foz do Iguaçu está em boas condições, apesar da detecção de questões a serem aprimoradas observa-se, por exemplo a superação de metas quanto ao planejamento de formação dos educadores. Aperfeiçoamentos na estrutura das instalações, aumento do número de funcionários e maior oferta de cursos de aperfeiçoamento são as principais questões ainda a serem trabalhadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jag; NOVAK, Fr. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. **J. Pediatr.**, Porto Alegre, v. 80, n. 5, p. 119-125, nov. 2004.

APPUGLIESE, Marcilene Maria Enes. **Capacitação dos servidores visando eficácia dos serviços públicos:** um estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Cubatão (IFSP). 33 f. 2010. Relatório (Curso de Especialização Coletiva a Distância) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ARCE, Alessandra. Documento oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 9, n. 113, p. 167-184, jul. 2001.

ARELARO, Lisete Regina Gomes et al. Condições do trabalho docente: uma análise da carreira na rede municipal de ensino de São Paulo. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 197-217, abr. 2014 .

BARBOSA, Marina Borelli et al. Fatores de risco associados ao desmame precoce e ao período de desmame em lactentes matriculados em creches. **Rev. Paul. Pediatr.**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 272-281, set. 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: <[http://www.oei.es/quipu/brasil/pol\\_educ\\_infantil.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/pol_educ_infantil.pdf) 2006>. Acesso em: 23 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008**. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111770.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da Criança**: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

CAMPOS, Maria Malta. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional da educação infantil. In: BRASIL/MEC/SEF/COEDI. **Por uma política de formação do profissional da educação infantil**. Brasília: BRASIL/MEC/SEF/COEDI, 1994. p. 32-42.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, abr. 2006.

CERISARA, Ana Beatriz. **A construção da identidade das profissionais de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. 195 f. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Educar e cuidar: por onde anda a Educação Infantil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11-21, jul./dez. 1999.

CÔCO, V. **Mapeamento da Educação Infantil no Espírito Santo**: uma aproximação aos estudos, as demandas vinculadas à formação dos profissionais e a atuação dos municípios. Vitória: UFES, 2009. (Relatório Final da Pesquisa).

COSTA, Ana Paula; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 475-489, Aug. 2011.

CUNICO, Betânia. **A inserção/adaptação das crianças no berçário**. 2012. 17 f. Monografia (Especialização em Educação Infantil) – Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DAVIS, Claudia Leme Ferreira et al. Formação continuada de professores em alguns estados e municípios do Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 826-849, dez. 2011.

ESPIRITO SANTO, Dayana Macedo et al. Formação de professores da educação infantil: Reflexões e perspectivas. In: ENCONTRO DE PEDAGOGIA, 3., 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://www.cchsa.ufpb.br/portallantigo/>>. Acesso em: 23 set. 2013.

FREITAS, Tatiana Caroline S. B. et al . Prevalência do aleitamento materno e fatores associados à interrupção da amamentação em mulheres militares. **Rev. Paul. Pediatr.**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 493-498, dez. 2012 .

FUJIMORI, Elizabeth et al . Aspectos relacionados ao estabelecimento e à manutenção do aleitamento materno exclusivo na perspectiva de mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde. **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 33, p. 315-327, jun. 2010.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, dez. 2010.

GUIMARÃES, Maria da Glória Vitório; PETEAN, Eucia Beatriz Lopes; SOUZA, Waldemar Antonio da Rocha. Trabalho, Família e Estruturas de Apoio: Percepção de Professoras Universitárias de Manaus (AM). In: ENCONTRO DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. p. 103-110. Disponível em: <<http://goo.gl/ROzcvI>>. Acesso em: 22 Out 2015.

HOFFMANN, Jussara; SILVA, Maria Beatriz G. da. **Ação educativa na creche**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

ICHISATO, Sueli Mutsumi Tsukuda; SHIMO, Antonieta Keiko Kakuda. Revisitando o desmame precoce através de recortes da história. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 4, p. 578-585, jul. 2002.

MACIEL, Aline Ferreira; VERÍSSIMO, Maria de La Ó Ramallo. Conhecimentos e práticas de trabalhadores de uma creche acerca do aleitamento materno. **Rev. bras. Crescimento Desenvol. Hum.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 688-698, 2010.

MEC/INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em: 24/03/2015.

MOMMA-BARDELA, A. M.; PASSONE, E. F. K. Políticas públicas de educação infantil e o direito à educação. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, v. 01, n.01, p.17-35, 2015,

NAYLANDER, Pamella Isabela Alvarez et al. Educadores infantis: aspectos da formação profissional e do trabalho em creche. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 666-677, dez. 2012 .

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (UNICEF). **Amamentação garante saúde ao bebê e à mãe**. Brasília, 1989. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/activities\\_10003.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10003.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2013.

PARANÁ. **Deliberação nº 02, de 3 de dezembro de 2014**. Normas e princípios para Educação Infantil no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Disponível em: <[http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2014/Del\\_02\\_14.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2014/Del_02_14.pdf)> Acesso em: 05 nov. 2015.

PARANÁ. **Deliberação nº 05, de 2009**. Programa Anual de Trabalho do Conselho Estadual de Educação para o ano de 2010. Disponível em: <[http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2009/deliberacao\\_05\\_09.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2009/deliberacao_05_09.pdf)> Acesso em 23 Abr. 2015.

PARANÁ. **Resolução SESA nº 0162, de 14 de fevereiro de 2005**. Estabelece normas técnicas para os Centros de Educação Infantil. Disponível em: <[http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/zoonoses\\_intoxicacoes/res162\\_2005.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/zoonoses_intoxicacoes/res162_2005.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Profissional. **Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de docentes da Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

PONTES, Aline Micely et al. As repercussões do aleitamento materno exclusivo em crianças com baixo peso ao nascer. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 354-361, abr./jun. 2013.

PROVENZANO, Lucia Cristina Fernandes Antunes; SAMPAIO, Tânia Maria Marinho. Prevalência de disfonia em professores do ensino público estadual afastados de sala de aula. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 97-108, fev. 2010.

SALES, Monique Pessanha de; PIMENTA, Jussara Santos. O uso pedagógico das novas tecnologias na escola. **Revista Edu. Tec.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 10-21, jun. 2012.



SANTOS, Jairo Campos dos. A informática na educação contribuindo para o processo de revitalização escolar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, V, 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UCS, Maio de 2010. p. 1-16.

SANTOS-OLIVEIRA, N. G. dos; RABINOVICH, E. R. Estudo comparativo da amamentação em casas e em creche paulistanas e no interior do Piauí. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 20-26, jun. 1999.

SHENEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera Regina. **Primeira Infância Melhor:** uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

SILVA, Camila Augusta; DAVIM, Rejane Marie Babosa. Mulher trabalhadora e fatores que interferem na amamentação: revisão integrativa. **Rev. Rene.**, Fortaleza, v. 13, n. 5, p. 1208-1217, 2012.

SMEHA, Luciane Najar; CALVANO, Lise. O que contempla uma mulher? Um estudo sobre a relação não-maternidade e vida profissional. **Revista Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 27, n.58, p. 207-217, 2009.

SPINELLI, Mônica Glória Neumann et al. A situação de aleitamento materno de crianças atendidas em creches da Secretaria da Assistência Social do Município de São Paulo - Região Freguesia do Ó. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 2, n. 1, p. 23-28, 2002.

VERGARA, Lizandra Garcia Lupi; RIBET, Lucie Elisa. Adequação ergonômica do berçário do núcleo de desenvolvimento infantil da ufsc. **Revista Ação Ergonômica**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p.43-60, dez. 2012.

VERÍSSIMO, Maria de La Ó Ramallo; REZENDE, Magda Andrade; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Relações creche família segundo educadoras de creches. **Rev. Bras. Crescimento Desenv. Hum.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 54-68, jan. 2003.

VITÓRIA, Telma; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Processos de adaptação na creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 86, p. 55-64, jan. 1993.

ZUIN, Antônio A. S. O plano nacional de educação e as tecnologias de informação e comunicação, **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 961-980, jul.-set. 2010.